

# País só paga US\$ 200 milhões de juros referentes a março

O Governo brasileiro só efetuará o pagamento de US\$ 200 milhões referentes aos juros de março de sua dívida junto aos bancos credores privados depois que forem assinados os termos do protocolo referente a esta parcela, o que está sendo aguardado para os primeiros dias deste mês. Foi o que reiterou ontem o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, através de sua assessoria de Imprensa. O ministro já deixou claro que o Brasil não recorrerá às suas reservas cambiais para pagar os juros que vencem em abril e, por este motivo, continuará estudando outra fórmula para viabilizar este pagamento.

De acordo com um assessor de Mailson da Nóbrega, as negociações com o Comitê de Bancos Credores evoluíram bastante nos últimos dias, após os contatos feitos pelo diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antonio de Pádua Seixas, e pelo chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral. No momento os dois técnicos estão acertando detalhes dos principais pontos já aceitos em março pelos credores.

Os bancos credores aceitaram a proposta brasileira de manter o

mecanismo do **relending** (reemprestimo), sob controle do Banco Central, que continuará a definir o montante e o direcionamento dessas operações. A superação desse ponto de atrito coincide também com a maior flexibilidade demonstrada pelos bancos credores, em relação às chamadas salvaguardas no acordo de médio prazo da dívida externa brasileira. A perspectiva aberta pelos credores é de que as salvaguardas sejam válidas para proteger o País contra variações bruscas nas taxas de juros internacionais e quedas acentuadas nas exportações brasileiras.

No caso do **relending** o Comitê assessor dos bancos vinha insistindo em contar com liberdade total para as operações de reemprestimo dos recursos depositados junto ao Banco Central. Porém acabou por aceitar a manutenção do mecanismo, atendendo à ponderação dos negociadores brasileiros de que esta condição prejudicará o controle da política monetária do País. As discussões que estão ocorrendo no momento dizem respeito também ao princípio do **carve-out**, que determina a parcela da dívida brasileira a ser beneficiada com a redução do **spread** (taxa de risco) para 8125% mesmo percentual

pago pelo México. O Brasil conseguiu o prazo de 20 anos para rolar sua dívida, com oito anos de carência.

A proposta do Brasil é de que o **carve-out** retroaja pelo menos até 1983, quando começaram a ser reescalonados os débitos do País com os bancos credores privados. Mas o mecanismo deverá abranger apenas a parcela sob responsabilidade do setor público, ou seja, 80% do total. Os negociadores brasileiros estão tentando também obter garantia do Banco Mundial (Bird) para respaldar a negociação da dívida do Brasil com os bancos credores internacionais.

Apesar da perspectiva de fechamento do acordo a curto prazo, fontes do próprio Governo admitem que o retardamento das medidas de ajuste interno podem comprometer o cronograma de negociações efetivas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Partindo desta realidade o ministro Mailson da Nóbrega participará, em Washington, no período de 11 a 14 deste mês, da reunião do Comitê Interno do FMI, onde tentará amarrar o acordo com o Fundo, independentemente do fechamento do acordo com os bancos credores.